

Documento de Área

Economia

Coordenador(a) da Área: Adriana Moreira Amado
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Acadêmicos: André Moreira Cunha
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Profissionais: João Mário França

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....	2
II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....	5
III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....	7
IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....	19
V. Outras Considerações da Área de Avaliação	21

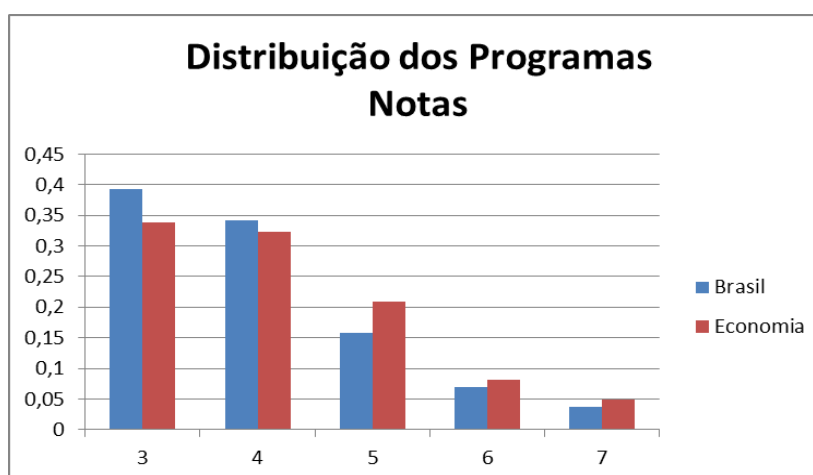
DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A área de Economia inicia sua atuação na Pós Graduação em 1961 com apenas dois programas de Pós-Graduação. Atualmente (2016) possui 68 programas recomendados pela CAPES, onde 22 são mestrados acadêmicos, 27 possuem os níveis de mestrado e doutorado, 1 doutorado e 18 mestrados profissionais. Esse conjunto de programas totaliza 95 cursos de Pós-Graduação.

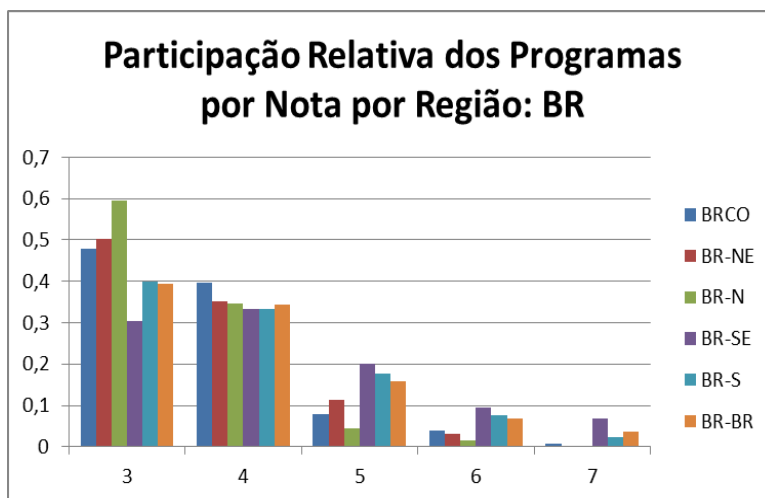
Os programas da área encontram-se distribuídos conforme a Figura 1. Através desses dados observa-se que a área tem uma maior concentração, em relação à média de todas as áreas, nos estratos superiores das notas. Isso tende a demonstrar a consolidação da área e sua excelência. Observe-se que em todas as tabelas os indicadores referentes ao Brasil correspondem à agregação de todas as áreas de avaliação da CAPES.

Figura 1



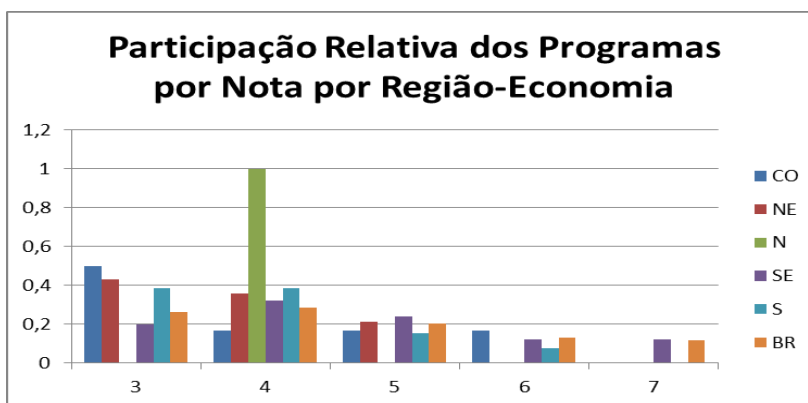
No Brasil, em todas as áreas de avaliação, há um problema regional claro relativo à distribuição quantitativa dos programas de Pós Graduação, com uma intensa concentração na Região Sudeste. Esse fenômeno também se verifica na distribuição das notas dos programas, refletindo uma concentração qualitativa dos mesmos. Esse problema em nível nacional pode ser verificado na Figura 2. A questão qualitativa se materializa na concentração observada nos estratos superior (5, 6 e 7) onde a participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (sem Brasília) é muito reduzida.

Figura 2



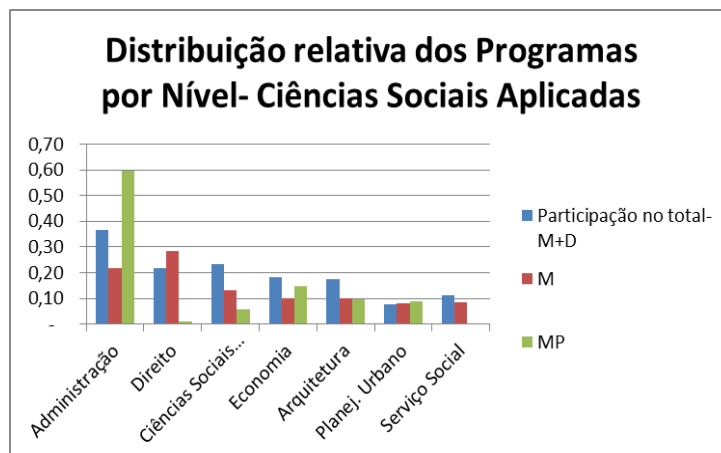
Essa tendência também se verifica na área de Economia, conforme pode ser observado na figura 3. No caso da área, nos estratos 6 e 7 constam apenas as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Considerando todos os estratos, a região Norte apresenta somente um programa. Ademais, apenas recentemente essa região passou a ter um doutorado, o que representou um avanço significativo. Todavia, o quadro geral é de uma grande concentração qualitativa e quantitativa dos programas de PG na área.

Figura 3



Na Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas, verifica-se a seguinte distribuição de programas em seus vários níveis (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado). Estes elementos estão demonstrados na figura 4

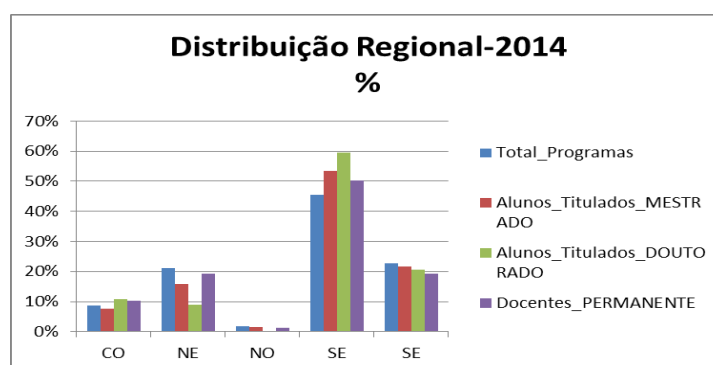
Figura 4



Observa-se que, em termos de dimensão e distribuição de programas por níveis, a Economia encontra-se em uma situação intermediária: é a terceira área de avaliação em dimensão, está em terceiro lugar no número de programas com mestrado e doutorado, está em terceiro lugar em número de programas com mestrado e ocupa o segundo lugar no número de mestrados profissionais.

Em 2014, os Programas de Pós-Graduação em Economia contavam com 752 docentes permanentes, 223 colaboradores e com um total de 990 docentes participantes dos mesmos. As titulações foram de 495 mestres, 323 mestres de mestrados profissionais e 166 doutores. A Figura 54 revela a distribuição regional de docentes e titulados.

Figura 5



Cabe ressaltar que a criação de novos cursos tem ocorrido majoritariamente em regiões consideradas prioritárias pela CAPES e, com isso, espera-se observar uma redução das disparidades regionais na área de Economia no futuro.

INTERDISCIPLINARIDADE

O tema da **interdisciplinaridade** foi objeto de discussão entre os coordenadores de pós-graduação no segundo seminário de acompanhamento, no primeiro trimestre de 2013 e novamente no seminário de acompanhamento de agosto de 2015. Foi consenso entre os coordenadores de pós-graduação que a área tem muito a contribuir, na medida em que há muitas interseções com outras áreas do conhecimento. Até porque, o objeto de estudo em Economia demanda uma abordagem que é interdisciplinar por natureza. Exemplos de interdisciplinaridade são com as áreas de Administração, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Engenharia, História, Medicina, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Zootecnia etc. No entanto, os coordenadores identificaram ainda grande dificuldade em traçar o limite do que é estritamente da área de Economia. Mesmo reconhecendo esta dificuldade os coordenadores de pós-graduação, em sua maioria, reconheceram a importância de não se penalizar cursos com viés de Economia Aplicada, que trabalham de forma mais explícita na fronteira da Economia com demais áreas do conhecimento. Uma prática comum relatada foi em relação ao intercâmbio de alunos, ou seja, o recebimento de alunos de outras áreas e o reconhecimento de disciplinas feitas por alunos de Economia em programas de pós-graduação de outras áreas. No que tange à produção bibliográfica de caráter interdisciplinar, a área tem trabalhado na direção de valorizar esta produção, mas para evitar a descaracterização dos programas enquanto programas disciplinares com interdisciplinaridade, são estabelecidas travas à produção que não seja realizada em veículos reconhecidos como típicos da área de Economia.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Em relação à proposta sobre **inserção no ensino fundamental/médio**, na mesma reunião com os coordenadores da área foram relatadas diversas iniciativas já presentes nos programas de pós-graduação em relação ao ensino médio, como, por exemplo, a orientação de iniciação científica no ensino médio; cursos de extensão em educação financeira, avaliação de políticas públicas na área de educação. Porém, após uma rodada de discussão, os coordenadores de pós-graduação presentes convergiram para o entendimento de que este tema não é o foco da área, pois se aplica mais diretamente àquelas áreas ligadas à formação de professores para o ensino médio e fundamental.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

O processo de avaliação está sendo constituído desde o primeiro ano do quadriênio. Cabe ressaltar, que todos os passos tomados visavam a estabilidade do sistema

com a configuração de indicadores que não representassem saltos em relação a avaliações anteriores. Portanto, as mudanças realizadas são de natureza marginal e não modificam em substância os elementos centrais do processo. Exatamente com o objetivo de discutir os elementos centrais da avaliação à luz dos dados disponíveis dos programas para os dois primeiros anos do quadriênio foi realizado o seminário de avaliação na sede da CAPES em Brasília nos dias 20 e 21 de agosto de 2015.

Inicialmente foram analisados os dados dos programas de Pós Graduação da área sem identificá-los. Assim, foi feito um panorama geral da área. Em seguida, iniciou-se uma discussão sobre o Qualis, dado o seu peso no processo de avaliação. Foi muito clara a dificuldade da área de fazer o instrumento convergir para a forma de formatação desse instrumento por parte das demais áreas da CAPES. Este parecia ser o foco principal do trabalho da área. Em seguida, foi feita uma análise da ficha de avaliação e do documento de área, observando os potenciais aperfeiçoamentos a serem realizados. Finalmente, discutiu-se o tratamento que a área acredita ser adequado aos programas que tem estabilidade na nota 3.

Os Coordenadores propuseram que a Coordenação de área agisse na seguinte direção:

- Continuar promovendo ações que dinamizem a área e permitam e estimulem o crescimento do número de programas, preservando a qualidade dos mesmos.
- Analisar os dados disponibilizados no seminário de acompanhamento, visando à correção de eventuais problemas em programas específicos
- Participar ativamente do Fórum de Coordenadores de forma a subsidiar as decisões das várias comissões da área.
- Acompanhar os trabalhos propostos pela comissão Qualis, discutidos no seminário de acompanhamento, com o objetivo de realizar mudanças no Qualis 2016, tornando-o mais amplo e diverso, de forma a ter uma maior aderência à dinâmica das demais áreas.
- Trabalhar no sentido de viabilizar as mudanças propostas no documento de área, Qualis e marco regulatório dos mestrados profissionais
- Elaboração de um Qualis que consiga se aproximar da perspectiva da CAPES, enquanto instrumento de avaliação. Para tanto, há a necessidade de se construir e aprofundar um instrumento que capte a diversidade da área e permita que os programas sejam avaliados dentro de seus objetivos

A coordenação incorporou no documento de área as sugestões de aprimoramento realizadas no seminário de acompanhamento e no Fórum de Coordenadores da área de Economia.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	O conjunto de atividades deve atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), às linhas de pesquisa e aos projetos em andamento, de forma consistente e coerente. A proposta curricular deve ser adequada e coerente com as metas do Programa. Será verificada a abrangência e atualização da estrutura curricular em consonância com as áreas de concentração e compatível com o tempo previsto para o desenvolvimento das teses e dissertações. A cada quadriênio o Programa deverá informar as modificações ocorridas no período.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	Serão consideradas as metas a serem atingidas no avanço do conhecimento e na formação de recursos humanos, bem como na inserção social, tendo em vista os desafios regionais, nacionais e internacionais da área.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Será analisada a atual situação da infraestrutura para ensino e pesquisa. A infraestrutura deve incluir salas de aula adequadas, salas para estudantes, professores permanentes e visitantes, recursos computacionais adequados para ensino e pesquisa, e apoio aos laboratórios de pesquisa.

2 – Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	30%	<p>Aspectos a serem observados:</p> <p>i. O perfil dos docentes deve mostrar uma diversificação de formação, visando transmitir experiências oriundas de diferentes instituições;</p> <p>ii. Manutenção de um programa de formação continuada (estágios pós-doutorais, licenças sabáticas, e programas de colaboração nacional e internacional).</p> <p>As informações sobre docentes em licença sabática/estágio pós-doutoral devem ser discriminadas com destaque no Coleta-Capes (campo “Informações Complementares”).</p> <p>iii. Para programas com doutorado: a contribuição do corpo docente no treinamento de estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	30%	<p>Aspectos a serem considerados:</p> <p>i. Existência de uma base estável no núcleo de docentes permanentes;</p> <p>ii. Verificar a dependência do programa de professores colaboradores e visitantes; O corpo permanente deverá corresponder a no mínimo 70% do corpo docente do programa.</p> <p>iii. Distribuição das orientações e produção científica entre os membros do programa;</p> <p>iv. Compatibilidade entre o corpo docente e áreas de concentração explicitadas no perfil do Programa.</p> <p>v. Distribuição de atividades didáticas na PG entre os docentes do quadro permanente;</p> <p>vi. Ampliação/redução do corpo docente</p>

		<p>permanente, e devida justificativa.</p> <p>vii. Introduziremos a categoria corpo docente permanente júnior, que será composto por aqueles docentes doutorados a menos de 5 anos. O programa deverá indicar quais professores pertencerão a esta categoria. A diferença destes docentes para os demais docentes permanentes será que eles não serão computados tanto no denominador quanto no numerador do item produção intelectual. Essa categoria será declaratório e deverá ser indicada pelo programa em suas considerações sobre o corpo docente. Ou seja, deverá constar o docente que será enquadrado como permanente junior, podendo haver professores que tenham titulação inferior a 5 anos e que sejam apenas permanentes.</p> <p>viii- A área de Economia desconsidera a dupla inserção em mestrado profissional e acadêmico, quando os elos entre os dois são claros e ambos programas foram criados já com essa perspectiva, para fins de análise do corpo docente.</p> <p>Os indicadores relevantes para o corpo docente serão calculados a cada ano do período avaliativo.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Itens a serem observados:</p> <p>i. Distribuição dos docentes permanentes na ministração de disciplinas e na orientação de discentes;</p> <p>Distribuição dos docentes permanentes em projetos de pesquisa.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG,</p>	<p>10%</p>	<p>No caso de programas associados a instituições de ensino com atividades de graduação, será avaliada a participação em ensino de graduação de docentes permanentes, bem como a existência e</p>

quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.		qualidade de programas de iniciação científica e outros voltados para a formação de discentes de graduação.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	A análise será voltada para a capacidade do programa em titular seus discentes. i. Número de teses/dissertações defendidas em relação ao corpo docente e discente, comparativamente à média da área. Fluxo de alunos (número de titulados por número de discentes).
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	15%	Neste item será observada a distribuição das orientações em relação ao corpo docente, verificando-se a existência de concentração de orientandos por orientador, observando a recomendação de número máximo e mínimo de orientandos por docente permanente no quadriênio.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	60%	Serão observados: i. As teses/dissertações devem estar vinculadas ao perfil do programa. ii. A participação de estudantes de pós-graduação na produção científica do programa (será considerado o percentual de discentes autores em periódicos do Qualis e o percentual da produção discente com relação à produção total do programa). iii. A composição das bancas examinadoras; Obs: O Programa deverá indicar (no campo livre (“Informações Complementares” do Coleta-CAPES) a publicação mais relevante associada a cada tese e dissertação (se for o

		<p>caso).</p> <p>iv. Participação de alunos da graduação nas publicações (artigos completos, resumos, resumos expandidos e trabalhos completos em anais de congressos etc.).</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Neste item será observado o tempo médio de titulação do mestrado e do doutorado, particularmente dos bolsistas, bem como o percentual de bolsistas titulados.
4 – Produção Intelectual	35 %	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	65%	<p>Este item considera o número e a qualidade da produção de artigos científicos, capítulos de livros, livros e anais, pelos docentes permanentes.</p> <p>A análise deste quesito levará em conta indicadores quantitativos e aspectos qualitativos da produção. A nota do quesito será atribuída observando a homogeneidade dos grupos no que tange aos aspectos quantitativos e qualitativos.</p> <p>Além da pontuação Qualis, serão avaliadas as oito (08) publicações mais importantes, selecionadas pela Comissão de Avaliação à luz da proposta do programa. Nesta avaliação, serão considerados o fator de impacto (CIm) de periódicos, a importância desses periódicos em sua subárea (considerados os aspectos complementares presentes do documento Qualis da área), assim como a relevância de outras produções bibliográficas.</p> <p>Cabe ressaltar que a média da área não será um parâmetro determinante da definição do conceito atribuído ao quesito, pois muitas vezes a dispersão quantitativa e qualitativa da produção podem gerar classificações inadequadas se olhadas do ponto de vista da</p>

		média. Além disso, a produção dos docentes indicados como Docentes Permanentes Juniors não será considerada e os mesmos serão retirados do denominador para fins de cálculo deste indicador.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Será observada a relação entre o número de docentes permanentes que publicaram em periódicos qualificados e o total de docentes permanentes, bem como o perfil das publicações do quadro docente permanente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	5%	Produções relevantes (produção técnica, processos, patentes, produtos etc.) compatíveis com o perfil do programa e do corpo docente permanente.
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0%	Não se aplica
5 – Inserção Social	10 %	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	<p>Serão observados:</p> <p>i. Atuação do programa no contexto regional, nacional e internacional. A inserção e o impacto regional e/ou nacional do programa devem ser destacados na forma de integração e cooperação com outros centros de ensino e pesquisa, relacionados à área de conhecimento do programa.</p> <p>ii. Envolvimento do programa na formação e consolidação de novos núcleos de pós-graduação mais jovens.</p> <p>iii. Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa.</p> <p>iv. Participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.).</p> <p>v. Participação do corpo docente como: editores de periódicos Qualis da Área, consultores <i>ad-hoc</i> de periódicos nacionais e</p>

		<p>internacionais, organizadores, palestrantes, chairmen, debatedores etc. de eventos internacionais e nacionais, representantes de sociedades científicas;</p> <p>vi. participação dos docentes permanentes em parecerias de pesquisa, desenvolvimentos e inovação.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	Participação em projetos de cooperação e intercâmbio com programas de níveis de consolidação diferentes, com vistas à inovação na pesquisa/desenvolvimento da pós-graduação em regiões/sub-regiões geográficas menos avançadas (“Casadinho”, PROCAD, PQI, Dinter/Minter ou similares).
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	<p>Será, principalmente, observada a existência da página Web atualizada, com informações sobre:</p> <p>i. Critérios de seleção de alunos</p> <p>ii. Produção docente</p> <p>iii. Financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas</p> <p>iii. Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais;</p> <p>iv. colaborações internacionais</p> <p>v. Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade;</p> <p>vi. Participação discente em atividades e em publicações no exterior;</p> <p>vii. Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados;</p> <p>viii. Presença de docentes, pós-doutores ou discentes estrangeiros no programa;</p>

		<p>ix. Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa;</p> <p>x. Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional;</p> <p>Entre outros.</p> <p>Obs.: A visibilidade internacional tem grande relevância no estabelecimento de conceitos 6 e 7.</p>
--	--	---

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.

2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. - Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando que o Mestrado Profissional deverá comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.

3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25%	- Examinar o número total de publicações do programa no quadriênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	25%	- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: - Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	25%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	25%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	25%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o

	<p>desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados</p>
--	---

		<p>para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>

5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).
--	-----	--

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

O processo de internacionalização é essencial para a estratégia de crescimento sustentado da produção da área de Economia. As experiências de programas da área em relação à questão da internacionalização atualmente estão em estágio avançado, resultado de um longo e contínuo processo iniciado, principalmente, pelos programas nota 7 (2 programas no último quadriênio) e nota 6 (3 programas no último quadriênio), mas também em boa parte dos programas nota 5. Os demais programas têm ações pontuais de inserção internacional. Programas que avançaram na internacionalização demonstram que esta gera um círculo virtuoso e que resulta na atração de alunos e de pesquisadores estrangeiros que contribuem para estabelecer e fortalecer núcleos de pesquisa, contribuindo para avanços na qualidade da excelência acadêmica na área.

A área estimula e avalia que toda ação para internacionalização significa gerar uma 'cultura de internacionalização' nos programas, com ações contínuas, estruturadas, calcadas em planos de ação definidos pelos docentes em consonância com as instâncias hierárquicas da Universidade.

A dimensão do grau de internalização na área resulta, principalmente, da qualidade científica dos programas, avaliada na qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos produtos de teses e dissertações. Além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida também pela mobilidade de docentes e discentes em atividades científicas no exterior e

participação de estudantes estrangeiros para integrar o quadro discente dos programas. Ademais, as ações que objetivam a internacionalização podem ser também identificadas na participação em eventos de docentes e discentes dos programas de pós graduação no exterior; no parecer de artigos e editoria de periódicos internacionais; na participação por convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos relevantes; na obtenção de financiamento com fundos internacionais; na execução de projetos conjuntos e co-tutela de teses que resultem em publicações, entre outros.

Como parte do esforço de internacionalização da área de Economia relaciona-se diretamente com os programas mais consolidados, com nota 6 e 7, neste sentido a área se posiciona como a seguir.

A área manterá os mesmos critérios para avaliar programas com notas 6 e 7 do triênio anterior. As notas “6” e “7” são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado classificados como nota “5” na primeira etapa de realização da avaliação quadrienal e com conceitos Muito Bom (MB) em todos os quesitos da ficha de avaliação, e que atendam necessária e obrigatoriamente às seguintes condições:

- i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área;
- iii) solidariedade;
- iv) nucleação;

Nota 6: predomínio de conceito Muito Bom (MB) nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito Bom (B) em alguns itens.

Nota 7: Conceito Muito Bom (MB) em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.

Após a avaliação de todos os programas e definição de recomendação das notas até o valor máximo 5, serão indicados os programas para avaliação e possível recomendação para as notas 6 e 7. Para esta nova avaliação serão usados, de forma criteriosa e verificando prioritariamente os níveis de qualidade associados à quantidade, diversos indicadores de inserção internacional para a área, bem como outros indicadores diferenciais para os programas pretendentes a um destes dois níveis.

1. Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos.

Publicações:

- a) **Frequência:** Os programas 6 e 7 devem atender critérios mínimos de publicação dos docentes permanentes no quadriênio.
- b) **Concentração:** Será estabelecido o percentual mínimo de docentes permanentes que deverá ter publicações A1 e A2, no quadriênio.
- c) **Impacto:** Parecer qualitativo sobre o impacto dos artigos publicados.

2. Intercâmbio

Verificar formas de intercâmbio de docentes e discentes com o exterior.

Avaliar intensidade e qualidade (frequência, duração, mão dupla)

3. Reconhecimento

Participação dos docentes permanentes em associações científicas internacionais, comitês editoriais, corpo de pareceristas de periódicos internacionais, comissões organizadoras de eventos internacionais.

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

A Área considera relevante a estabilidade da evolução dos programas. Tendo isso em vista, os programas terão mudanças de notas de um nível por período avaliativo.

Os programas 6 e 7 serão avaliados dentro de sua perspectiva de internacionalização e de contribuições de destaque em termos de alguns indicadores associados à sua liderança em termos de contribuições acadêmicas nacionais. Dentre esses indicadores teremos:

- a) **Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para pesquisa e a pós-graduação.**

- b) Estabilidade (nota 5): Poderão ser considerados candidatos às notas 6 e 7 apenas os programas que tenham obtido pelo menos nota 5 no triênio/quadrênio imediatamente anterior (e que tenham merecido nota 5 no quadrênio em curso).
- c) Formação de recursos humanos em escala nacional: Verificar número e diversidade regional dos candidatos e dos egressos.
- d) Nucleação: Verificar o número de egressos que se desempenharam no quadrênio como docentes permanentes em programas de pós-graduação da área (acadêmicos e profissionais).
- e) Verificar destino dos outros egressos: participação em atividades de ensino de graduação, de pós-graduação como colaboradores ou em outras áreas ou em atividades de pesquisa.
- f) Intercâmbio
- Verificar formas de intercâmbio de docentes e discentes com outros centros nacionais. Avaliar intensidade e qualidade (frequência, duração, mão dupla).
 - Verificar presença de pós-doutorandos de outras instituições no programa.
 - Verificar publicações em coautoria com docentes de outros programas
 - Verificar participação de docentes do programa em projetos de pesquisa em rede.
 - Verificar a celebração de convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa;
 - Verificar a existência de acordos de cotutela e acordos de dupla titulação;
 - Observar a atração e orientação de alunos estrangeiros e de pesquisadores estrangeiros;
 - Verificar a oferta de cursos no Brasil por docentes estrangeiros.
- g) Reconhecimento: Participação dos docentes permanentes em associações científicas nacionais, comitês editoriais, corpo de pareceristas de periódicos nacionais, comissões organizadoras de eventos nacionais.
- h) Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa: integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência dada à sua atuação.